

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
data \_\_\_\_\_  
cod 10200656

Prezado

Em nome do comitê organizador do segundo ciclo de debates sobre "Alternativas de desenvolvimento na Amazônia", convidamos V.Sa. ou um representante de sua entidade a estar presente em Manaus de 6 a 8 de abril de 1989 para participar deste evento. Esperamos traçar propostas para modificar os rumos do atual modelo de desenvolvimento desordenado na região, que sejam viáveis econômica e ecologicamente, que beneficiem a população amazônica e que não degradem o meio ambiente. As propostas finais dos debates serão entregues ao Congresso Nacional como alternativas ao programa Nossa Natureza e aos Constituintes Estaduais da região amazônica para oferecer subsídios à elaboração destas cartas.

Este ciclo de debates resulta do fato de que o governo federal ignorou completamente a comunidade científica, as organizações de classe, os representantes legais do povo e a população amazônica como um todo durante a elaboração do programa Nossa Natureza, que tem como finalidade impor alguma ordem ao caos desenvolvimentista ora em curso na Amazônia. Como é possível elaborar um plano destes para a Amazônia, alijando das discussões as populações que vivem na região e serão diretamente afetadas?

Como primeira iniciativa, e paralelo à apresentação do programa Nossa Natureza, foram realizados alguns debates sobre o desenvolvimento regional (anexamos uma cópia do manifesto resultante). Para melhor expor as idéias da comunidade amazônica, resolvemos organizar este novo ciclo de debates, onde estarão presentes cientistas, políticos, representantes de entidades comunitárias e sindicais e a população em geral.

Solicitamos aos interessados que nos enviem suas idéias sobre estas questões, em forma de propostas concretas, objetivas e sintéticas, antes do início do evento, para que possamos organizá-las por temas. Todas propostas serão consideradas.

Gostaríamos muito de contar com sua presença e agradeceríamos sua colaboração na divulgação do evento.

Esperando contar com vossa participação, despedimo-nos

Atenciosamente

*Rune Aragão*  
Comitê Organizador  
Manaus, março 1989

contatos: Dr. Marcus Barros, (092) 233 3600 r 213 (FUA) ou 238 1146 (IMTM) ou 238 5088 (resd.)

Manifesto do debate  
"Alternativas para o Desenvolvimento da Amazônia"

Há muito tempo, cientistas e entidades populares vem sentindo a necessidade de uma política alternativa para o desenvolvimento da Amazônia, que respeite a sabedoria da ciência e a tecnologia elaborada pelas populações indígenas e regionais.

Pesquisadores e amplos setores da sociedade, reunidos nos dias 7 e 8 de março de 1989, em Manaus, Amazonas, abriram o debate em direção à uma nova política de desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, em reunião presidida pelo Sr Governador do Estado do Amazonas, na sede do Instituto Superior de Estudos Amazônicos - ISEA, a comissão que formulou, à portas fechadas, o programa Nossa Natureza apresentou os resultados de seu trabalho ao público.

Através da exposição do Sr. Ministro da Casa Militar ficou patente que este programa é simplesmente retórica governamental, que toma como premissa inquestionável a manutenção do atual modelo de desenvolvimento brasileiro. Este não beneficia a população da Amazônia, pois degrada o seu meio ambiente e sua qualidade de vida, e continua a concentrar os benefícios dos projetos nas mãos de uma elite nacional e internacional.

Na verdade, a tão falada "internacionalização" da Amazônia está em curso, não pela ação de movimentos ecologistas mas por ações do governo militar, ratificadas pela Nova Republica. Isto perpetua a mesma mentalidade que gerou o Programa Grande Carajás, o Polonoroeste, as grandes centrais hidroelétricas, o Programa Calha Norte e outros. Para o desenvolvimento regional ser benéfico para o povo da Amazônia, tanto para os donos originais da terra como para os recém-chegados, é preciso que ele seja sustentável à longo prazo e atenda prioritariamente aos interesses desta população. Como exemplo gritante, a eletricidade gerada por Tucuruí é usada para processar alumina a baixo custo para os japoneses e não para fornecer energia às cidades da Amazônia. Estes foram alguns dos pontos enfatizados durante o debate alternativo.

Embora nascido de um processo viciado, o programa Nossa Natureza, como todos os planos oficiais anteriores, sugere alguns pontos positivos: a proibição de uso de mercúrio no garimpo; a necessidade de educação ambiental no país inteiro; a urgência da demarcação das áreas indígenas; a ordenação da ocupação e exploração territorial, e o apoio à pesquisa sobre os ecossistemas, bem como de suas alternativas de uso. Embora positivos, são também retóricos, pois o governo não permitiu uma discussão sobre o atual modelo de desenvolvimento não-sustentável e, deste modo, não é possível atacar as raízes do problema da degradação ambiental na Amazônia, nem no resto do país.

Uma das medidas complementares enfrenta melhor os problemas

do modelo do que faz o próprio programa: a necessidade de uma reforma agrária verdadeira no Brasil inteiro é urgentíssima, complementada pela ocupação racional das áreas já desmatadas. Não se pode concordar, no entanto, em transferir os problemas da Amazônia para o Centro Oeste, como proposto em outra medida complementar, pois implicaria na destruição de um outro ecossistema nacional.

Nosso propósito é levantar algumas propostas não consideradas pelo programa Nossa Natureza e convidar ao debate a sociedade brasileira numa reunião mais ampla a respeito de um desenvolvimento sustentável que beneficie a população amazônica e também nacional, garanta o bem estar dos povos indígenas, e conserve as riquezas da Amazônia até as gerações futuras.

Apresentamos a seguir as propostas levantadas durante o debate. Estão listadas tanto aquelas feitas pelos expositores quanto as feitas pelo público, por mais polêmicas que sejam. O objetivo desta listagem é, contemplando os mais diversos pontos de vista, fornecer subsídios para um debate mais aprofundado sobre estas propostas, culminando na elaboração de um projeto de desenvolvimento da Amazônia a ser submetido pelos participantes dos debates à Assembleia Nacional.

As propostas a seguir não são exaustivas e a Comissão Organizadora dos debates agradece a todos aqueles que puderem enviar sugestões. Apontamos, em particular, para assuntos relacionados a conservação de flora e fauna e dos recursos genéticos. Um ponto de aplicação imediata deveria ser a regulamentação urgente dos capítulos de meio ambiente, recursos minerais e populações indígenas da nova Constituição brasileira. A realização do segundo debate está prevista para a primeira semana de Abril.

#### Culturas autóctones

- Demarcar e garantir as terras indígenas, como única forma de assegurar a sobrevivência física e cultural dos índios da Amazônia.
- Preservar, resgatar e valorizar a cultura indígena e cabocla, únicos possuidores do conhecimento milenar necessário para o aproveitamento sustentável da região. Levar à estas populações os resultados das pesquisas e estimular sua discussão e aperfeiçoamento.
- Constituir comites de apoio à causa indígena, em particular a causa Yanomami, e alertar contra a massificação que impõe valores culturais à estas populações.

### Recursos florestais

- Definir urgentemente uma política florestal para a Amazônia, criando inclusive Institutos Estaduais de Florestas nos estados onde estes não existem.
- Implantar novas unidades de conservação, especialmente de florestas nacionais, e um serviço florestal com capacidade operacional, que inclua um programa de extensão florestal.
- Intensificar a pesquisa para otimizar a produção florestal, extendendo os inventários florestais e florísticos também para a várzea e aumentando o número de espécies florestais exploradas economicamente.

### Questão agrária e fundiária

- Fazer uma reforma agrária no país de modo a solucionar a questão social dos agricultores nos seus locais de origem e como consequência conter a migração para regiões ainda não desmatadas.
- Rever a política agrícola brasileira, direcionada à exportação, subsidiada pela sociedade e desfrutada por poucos. Esta política gera contradições do tipo: o Brasil, sexto exportador mundial de alimentos, tem pelo menos 40 milhões de habitantes que passam fome.
- Estruturar uma política fundiária adaptada a realidade amazônica, por exemplo, não considerando pastagens como benfeitorias para obtenção de títulos de terra em áreas com cobertura vegetal original e criando pesados impostos sobre a revenda de terras na Amazônia, de modo a diminuir a especulação fundiária.
- Garantir estudos de viabilidade econômica e ecológica antes da decretação de áreas de colonização.
- A partir do levantamento das necessidades reais de produtores e consumidores dos centros populacionais, implantar uma política agrícola voltada ao abastecimento interno, favorecendo a pequena produção e a articulação das entidades do setor primário.

### Recursos minerais, energéticos e grandes projetos

- Eliminar ou redirecionar os incentivos fiscais já aprovados para atividades não destrutivas.
- Garantir que os Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente - RIMA - não sejam meras formalidades, sendo amplamente discutidos pela sociedade antes do começo de qualquer etapa das obras, e com poder de veto em relação a estes empreendimentos.
- Proibir acordos de fornecimento de energia e matérias primas

antes da aprovação dos RIMAs de modo a não tornar "irreversíveis" os empreendimentos propostos.

- Racionalizar a exploração mineral, definindo quando e onde extrair minérios, instalando infraestrutura em polos mineradores, controlando o uso de substâncias tóxicas, e definindo objetivos sociais aos lucros obtidos.

- Fazer um levantamento e mapeamento dos recursos minerais em áreas indígenas.

- Estudar alternativas de geração e fornecimento de energia elétrica para as cidades da Amazônia (gás e óleo de Juruá ou Urucu, interligação às redes elétricas brasileiras).

- Condicionar a implantação de usinas de ferro gusa à sua auto-sustentabilidade energética.

#### Zona Franca de Manaus

- Reavaliar a ZFM, apreciando os seus efeitos na região, garantindo a participação popular na definição de sua política industrial através da participação dos trabalhadores no Conselho de SUFRAMA.

- Rever as relações de trabalho, assegurando o pagamento antecipado deste e a melhoria da capacidade de negociação dos trabalhadores através de contratos coletivos de trabalho embutido nos projetos de instalação das indústrias.

- Criar centros de ciência e tecnologia (C&T) na ZFM, revertendo sua situação de simples polo de montagem.

#### Educação

- Criar mecanismos de integração entre a educação e a C&T.

- Promover cursos de educação ambiental para empresários, políticos, funcionários do governo e dos bancos que propoem e avaliam projetos para a Amazônia.

- Melhorar a divulgação dos resultados das pesquisas, ajudando na conscientização popular, inclusive através de um fórum de debates públicos permanente.

- Otimizar o aproveitamento dos recursos humanos qualificados na região, aumentar sua oferta, inclusive fortalecendo os cursos de engenharia florestal e criando um curso de técnico florestal voltado para a realidade regional.

## Políticas de C&T e sua integração social

- Estimular a participação política de técnicos e pesquisadores, desmistificando a idéia de que C&T é neutra e criando condições para o aumento da participação da comunidade científica e tecnológica no processo decisório a nível nacional, garantindo sua participação na elaboração de grandes projetos, com poder de veto aos processos tecnológicos julgados inadequados.
- Levantar e definir linhas de pesquisa em C&T com a participação da sociedade, visando harmonizá-las as necessidades e características da população local e do meio ambiente.
- ~~Contribuir com subsídios para a elaboração das constituições estaduais, inclusive sugerindo a criação de sistemas estaduais de C&T e definindo responsabilidades aos diferentes níveis de gestão de C&T.~~
- Criar mecanismos que garantem a autonomia das instituições de pesquisas, aumentando os investimentos neste setor, inclusive formando quadros especializados em administração de C&T.
- Estreitar os vínculos entre as instituições geradoras de C&T na Amazônia e melhorar sua presença no interior dos estados.
- Estimular, através de conhecimentos de C&T já existentes, a formulação de programas e projetos do setor público que beneficiarão a população amazônica.
- Avaliar as potencialidades regionais de rápido retorno econômico e social, priorizando alguns polos de desenvolvimento, adequando a infraestrutura existente e criar programas de industrialização no interior sustentáveis a nível local ecológica e socialmente.
- Criar tributos às empresas da ZFM, mineradoras e madeireiras com a finalidade de gerar recursos para o desenvolvimento de C&T.